

DISCURSO CIENTÍFICO, LIBERDADE ACADÊMICA, AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Cidmar Teodoro Pais*

Resumo

Este trabalho propõe abordagem semiótica de relações que se estabelecem entre discurso da pesquisa científica e tecnológica, discurso pedagógico, discurso burocrático-administrativo, na vida acadêmica da Universidade brasileira; concepções e práticas diferenciadas que lhes correspondem nas Universidades públicas e privadas, frente a políticas públicas, a desafios postos pela época contemporânea.

Palavras-chaves: *Discurso; educação; pesquisa; instituição; semiótica.*

Abstract

This paper suggests a semiotic approach to the relationships established between the discourse of scientific and technological research, the pedagogical discourse, the bureaucratic-administrative discourse in the academic life of Brazilian University; particular conceptions which a corresponding in state and private Universities towards public policies and challenges characteristics of our times.

Keywords: *Science; institutional Education; Technology; Semiotics.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho propôs-se a estudar, de um lado, relações que se estabelecem entre discurso da pesquisa científica e tecnológica, discurso pedagógico, discurso burocrático-administrativo, na vida acadêmica da Universidade brasileira; de outro, *concepções e práticas diferenciadas* que lhes correspondem nas Universidades *públicas e privadas*, frente a políticas públicas, a desafios postos pela globalização, pela diversidade cultural, na época contemporânea. Utilizaram-se modelos de semântica cognitiva, sociosemiótica e semiótica das culturas. Examinaram-se o modo de existência e produção dos universos de discurso envolvidos, condições de produtividade e eficácia, naqueles dife-

rentes tipos de instituições, pesquisa da qual são aqui apresentados resultados evidentemente resumidos.

1. DA POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A *ciência*, em sua fase atual, pós-moderna e anti-positivista, identifica-se com o *discurso científico* (Greimas, 1986; Rastier, 2000: 445-470). Com efeito, a ciência constitui *um* processo de busca da verdade e construção do saber, para a melhoria das condições de vida do homem (Pais, 1993: 614-617). Desse modo, a ciência não é neutra, objetiva e apolítica, como diziam os positivistas, a ciência é política, embora não seja partidária: a prática da ciência somente se justifica quando exercida com responsabilidade política e social. Além disso, a ciência se define como o estudo dos dados observáveis. Ora, os fenômenos observáveis 'no mundo' o são, sempre, em função dos diferentes recortes epistemológicos, de que resultam diversas abordagens e distintos objetos formais (Bachelard, 1972). Estes, por sua vez, são suscetíveis de descrições várias - na medida em que o foco escolhido precede o objeto -, segundo metalinguagens operacionais construídas, mais ou menos eficazes, determinantes de formalizações variáveis, elaboradas em consequência.

A ciência busca analisar, descrever e explicar os fenômenos, propondo formalizações, de que decorrem *modelos científicos*, que, concatenados, conduzem à constituição de *teorias científicas*, dependentes de *metateorias*. Epistemologicamente, entende-se por *metateoria* uma teoria que serve de modelo à construção das teorias e modelos científicos, tecnológicos, filosóficos, estéticos, morais de uma época da História e que, ao mesmo tempo, define a ideologia, *os sistemas de valores* subjacentes a tais teorias e modelos. Assim, *cultura* (recortes culturais, sistemas de valores, 'visão do mundo'), *ciência lato sensu* (produção, acumulação e transformação do saber), *ciência aplicada* e/ou *tecnologia lato sensu* (aplicação de um saber a um fazer)

*Professor da Universidade de São Paulo e da Universidade Braz Cubas

são indissociáveis, em todas as sociedades humanas. *Ciência e tecnologia* são *processos de produção* inseridos no processo maior, o processo histórico da cultura.

De fato, a *política científica e tecnológica* pode ser examinada pelas *modalidades* relativas às *estruturas de poder* dos discursos. A *ciência lato sensu* designa-se por outro metatermo geral, o *conhecimento*, definido pela combinatória de modalidades *poder-fazer-saber*; a aplicação de um saber a um fazer, nomeada *ciência aplicada e/ou tecnologia lato sensu*, designada pelo metatermo geral *competência* define-se pela modalidade complexa *poder-saber-fazer*. Termos contrários, coexistem necessariamente e se sustentam numa *tensão dialética*, num processo de *alimentação/realimentação*. O termo contraditório de *ciência é ignorância*, definida pela modalidade complexa *não-poder-fazer-saber*, enquanto o termo contraditório de *competência é da incompetência*, definida, a seu turno, por *não-poder-saber-fazer*.

Estabelece-se um *percurso dialético de produção* entre *ciência e competência*: tomando como ponto de partida um *saber* (conhecimento), é possível aplicar o modelo a um *fazer*; essa *instância* constitui o lugar de *validação/fal-seamento* do saber, na medida em que aí se verifica certo poder de explicação do modelo – em que medida sua aplicação é satisfatória – e seus limites – além dos quais sua aplicação é insatisfatória, os fatos que o modelo não explica. Configura-se, então, uma situação de *ignorância*, que remete novos problemas ao processo de busca da verdade e (re)construção do saber. Assim, *ciência e competência* só são produtivos quando articulados na relação de *alimentação/realimentação* e inseridos, portanto, nesse percurso dialético.

Verifica-se que os termos ‘simples’ - *ciência, competência, incompetência, ignorância* - combinam-se em *termos complexos*. A combinatória *ciência x competência* estabelece o epicentro do processo de produção, definido como *produtividade com responsabilidade social (poder-saber-fazer x poder-saber-fazer)*, isso, certamente, segundo o sistema de valores da cultura em causa; a combinatória *ciência x incompetência* configura o termo complexo *teoria inoperante (poder-saber-fazer x não-poder-saber-fazer)*; a combinatória *competência x ignorância* determina o metatermo *prática irresponsável (poder-saber-fazer x não-poder-saber-fazer)*; enfim, a combinatória *incompetência x ignorância* define o termo neutro do modelo semiótico (*não-poder-saber-fazer x não-poder-saber-fazer*), a *nulidade*.

Característica dos países em desenvolvimento é a ‘opção’ pela fórmula de ‘desenvolvimento dependente’, fundamentado na importação de tecnologias, com asfixia da pesquisa básica, divórcio entre ciência básica e ciência aplicada e/ou tecnologia. Resulta progressiva dependência *tecnológica e econômica, dívida externa e interna crescentes, dívida social irresgatável, esterilização da Universidade e instituições de pesquisa, incomunicação entre Universidade e socieda-*

de. Em diferentes sociedades, essa ‘anomalia’ surge em grau variável, de maneira geral ou localizada.

Para uma análise semântico-cognitiva da política científica e tecnológica, consideremos relações entre *conceptus*, ‘modelos mentais’ (Rastier, 1991: 73-114), *denominações, termos e metatermos* das metalinguagens da semiótica e da epistemologia, entre *designationes, designata, referências*, no percurso gerativo da enunciação (Pais, 1998: 371-384). Observa-se que os *conceptus* de *ciência e tecnologia* não são ‘universais’ e às *designationes/termos ciência, tecnologia, política científica e tecnológica* subjazem diferentes sistemas de valores, ‘visões de mundo’ das culturas e sociedades em que acontecem, como *discursos e práticas sociais*. (Pais, 1999: 13-21; Pais, 2000: 395-421). Além da *ideologia necessária* “dizer verdadeiro”, o discurso científico sustenta a *ideologia contingente*, da língua e cultura em que se dá: *ciência, tecnologia, política científica e tecnológica* são diferentemente *concebidas*, apesar da intersecção conceptual, comum à visão ‘ocidental’ de ciência e tecnologia, um *arquiconceptus*. Notam-se, pois, conjuntos de traços semântico-conceptuais culturais, ideológicos, *metaconceptus*, e conjuntos de traços modalizadores, manipulatórios, sobretudo nos discursos políticos, *metametaconceptus* (Barbosa, 1999: 29-52).

Assim, no *conceptus lato sensu* <<política científica e tecnológica>> equivalente a <<desenvolvimento>>, <<libertação>>, caracteriza-se o *metaconceptus*, pelos traços semântico-conceptuais [+desenvolvimento sustentável], [+autodeterminação], o *metametaconceptus*, como [+soberania], [+justiça social]; no *conceptus* <<política científica e tecnológica>> equivalente a <<dependência>>, <<dominação>>, define-se o *metaconceptus*, por [+desenvolvimento dependente], [+importação de tecnologia] e o *metametaconceptus*, como [+economia predatória], [+‘darwinismo’ social]. Esquemáticamente, temos:

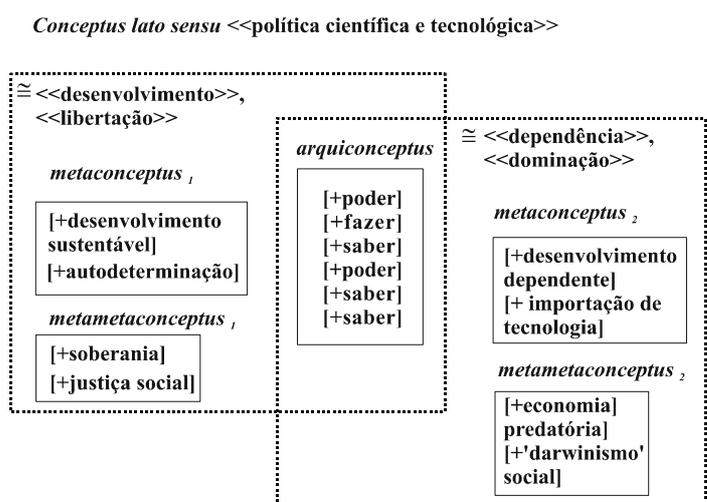


Figura 1: Política científica e tecnológica, em nível de semântica cognitiva

2. ENSINO, PESQUISA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Explicam-se relações entre discurso científico e tecnológico, diversidade cultural e condições estabelecidas pelo processo de ‘globalização’. O avanço científico e tecnológico constitui uma das condições do desenvolvimento econômico e social. Verifica-se, contudo, que o *discurso de produção do conhecimento e o de suas aplicações manifesta-se, sempre, numa língua natural, no âmbito de uma cultura e sociedade, com sua ‘visão do mundo’ e sistemas de valores.* À pesquisa e ao ensino de uma ciência ‘universalizante’, ‘globalizada’, neopositivista, instrumento de dominação, cumpre opor uma produção científica e tecnológica política e socialmente responsável, libertadora, inserida num processo educacional adequado que, sem xenofobia, leve em conta aspirações, expectativas e necessidades das comunidades, nacionais e regionais.

O discurso pedagógico caracteriza-se por uma estrutura de poder muito rica, definida por sobremodalizações de modalidades complexas: *poder-fazer-saber* \Rightarrow *poder-saber-fazer* \Rightarrow *poder-fazer-querer* \Rightarrow *poder-fazer-dever* \Rightarrow *poder-fazer-creer*. Trata-se, pois, de um discurso que se destina, respectivamente, a gerar *conhecimento*, constituir uma *competência*, despertar *vocação*, instaurar uma *ética*, de modo a estabelecer um *sistema de crenças* sobre as qualificações precedentes. Assim, *ensino e pesquisa, formação e qualificação*, para o *desenvolvimento social e profissional*, são indissociáveis. Conseqüentemente, a Universidade deveria constituir espaço privilegiado, em que se estimula *criatividade*, gera-se *conhecimento*, constrói-se *competência*, desperta-se *vocação*, consolida-se *ética*, firma-se *consciência profissional*, aprimora-se *exercício da cidadania*, constitutivos de uma sistema de valores e de crenças. Tais atributos não passam de uma geração a outra, através de bibliografia ou por meios eletrônicos. Condição para esse *processo* é o *convívio* permanente de docentes e alunos, pesquisadores experientes e jovens pesquisadores, em clima de *liberdade*, o único que ensina a *responsabilidade* e garante a *continuidade do processo histórico das instituições*. A *autonomia universitária* é necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e social. Formação para o exercício da cidadania e qualificação para atividades profissionais, *articuladamente*, são objetivos da Universidade.

Contudo, o modelo burocrático-administrativo vigente, em função da voraz retórica legiferante e normativa, altamente centralizadora, assegura apenas, *até certo ponto*,

autonomia de gestão, limitada aos quadros detentores do poder burocrático.

Examinando as questões apontadas, foi possível formular um modelo semiótico que procura dar conta de algumas facetas das relações entre ensino, pesquisa, produção técnico-científica, política científica e tecnológica, educação institucional, no processo histórico das instituições universitárias, e enquanto atividades imprescindíveis ao desenvolvimento social, político e econômico do nosso país, buscando explicação mais satisfatória para as tensões, os conflitos entre as forças em jogo naquele processo:

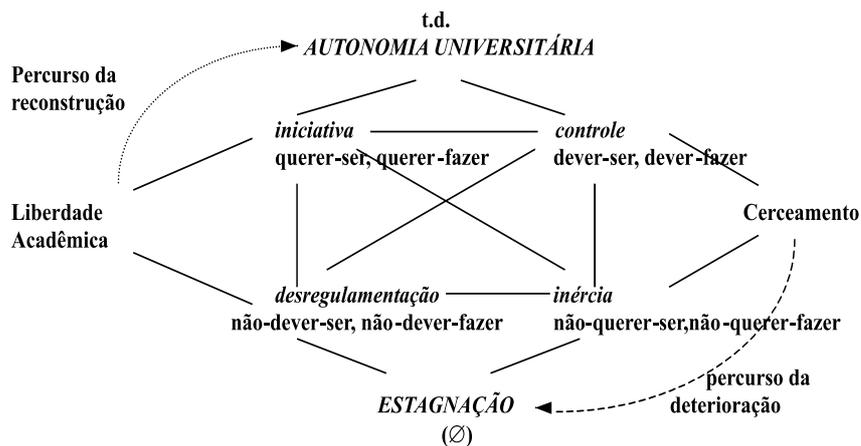


Figura 2: Autonomia universitária

Nessas condições, *iniciativa* caracteriza-se pela modalidade complexa *querer-ser, querer-fazer*; *controle*, pela modalidade complexa *dever-ser, dever-fazer*. *Iniciativa* e *controle* constituem duas forças, duas tendências contrárias. O termo contraditório de *iniciativa* é *inércia*; o termo contraditório de *controle*, *desregulamentação*. A combinatória *iniciativa x controle* [(*querer-ser, querer-fazer*) x (*dever-ser, dever-fazer*)] configura uma *tensão dialética*, o epicentro do processo, o equilíbrio dinâmico, que sustenta a produtividade com liberdade e responsabilidade social, ou seja, a *autonomia universitária* definida em sua concepção mais elevada. A dêixis positiva, combinatória modal de *iniciativa x desregulamentação* [(*querer-ser, querer-fazer*), x (*não-dever-ser, não-dever-fazer*)] configura a *liberdade acadêmica*; a dêixis negativa, combinação das modalidades complexas de *burocracia x inércia* [(*dever-ser, dever-fazer*) x (*não-querer-ser, não-querer-fazer*)] determina o *cerceamento*; o termo neutro, combinatória modal, a seu turno, de *desregulamentação x inércia* [(*não-dever-ser, não-dever-fazer*) x (*não-querer-ser, não-querer-fazer*)] qualifica-se como *estagnação*.

Além disso, o modelo prevê dois ciclos. Um ciclo traduz-se pelo percurso que vai da *liberdade acadêmica* à *autonomia universitária*, o *percurso da reconstrução*, aquele que autorizaria uma autêntica reforma universitária, conduzindo

à plenitude de suas funções, a serviço da sociedade. Um segundo ciclo parte do *cerceamento* e atinge a *estagnação*, o *percurso da deterioração*, que é preciso evitar a todo custo.

As Universidades públicas enfrentam graves dificuldades, não só pela insuficiência de recursos e salários defasados, mas também, como instituições organizacionais, porque submetidas a um processo de *fragmentação* interna. A estrutura do *poder difuso* (Foucault, 1998) criou oportunidades para a aceleração de uma constante na cultura brasileira, o processo de *apropriação privada da coisa pública*. Estatutos, regimentos, códigos de ética verificam-se ineficazes e impotentes, para deter o processo. Departamentos e/ou Áreas, em muitos casos, dominados por pequenos grupos hegemônicos, proscovem pessoas, teorias, correntes, doutrinas, mesmo aquelas que têm respaldo na comunidade científica internacional, eliminando-se, *de facto*, a liberdade acadêmica, degradando-se a qualidade do ensino e da pesquisa. Interferem em editoras e ‘julgamentos’ de projetos de pesquisa, em agências de fomento. Na mesma instituição, Departamentos vizinhos sustentam o ideário da Universidade pública.

As Universidades privadas, como empresas, embora submetidas a regulamentações governamentais e das agências de fomento, apresentam, no entanto, *características diferenciadas e variáveis*. Mantenedoras há em que sócios/quotistas, imbuídos da supremacia do poder econômico, interferem na atividade acadêmica, impõem teorias e conteúdos, reservando-se *toda tomada de decisões* e eliminando a liberdade acadêmica. Outras Mantenedoras há, inspiradas em modelos de Universidades privadas do ‘primeiro mundo’, que reservam para si apenas a gestão administrativa e financeira, delegam aos docentes-pesquisadores a *tomada de decisões*, quanto à pesquisa e ao ensino, garantem ampla liberdade acadêmica, ouvem o alunado, numa estratégia de *marketing*, que lhes permite alcançar e manter padrões de excelência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação e investigação são processos que somente se efetivam nas relações entre *pessoas*, entre educandos e educadores, entre pesquisadores e jovens pesquisadores, que usufruam da mais completa *liberdade acadêmica*, exercitem a *reflexão crítica*, a *dúvida sistemática*, *sem cerceamento doutrinário ou burocrático*. Obtém-se ensino e pesquisa de qualidade, para o desenvolvimento social e profissional, quando se assegura autonomia de ensino e de pesquisa para cada docente/pesquisador e seu alunado, restaurando-se a *plenitude da liberdade acadêmica*, de modo que atividades-fins se sobreponham a atividades-meio. Esse é o significado amplo de *autonomia universitária*. Outrora, via-se a educação como meio de ascensão social. Nesses

tempos de ‘globalização’, educação é condição de sobrevivência das pessoas e do país. A conjuntura contemporânea, nacional e internacional, exige profunda reformulação das políticas científicas, tecnológicas e educacionais, de modo a contribuir para o acesso à cidadania, aos bens culturais, à qualificação profissional, à inserção social, à construção de uma sociedade mais livre, justa, democrática.

Para alcançar esses objetivos, é necessário levar em conta os modos de existência e produção do discurso científico, do discurso tecnológico, do discurso da política científica e tecnológica, face ao processo da educação institucional no Brasil, considerar, ainda, sistemas de valores, sistemas de crenças subjacentes a esses universos de discurso e práticas sociais, buscando administrar as pressões do processo de globalização e assegurar o respeito às exigências legítimas da diversidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BACHELARD, Gaston. *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: J. Vrin, 1972.
- BARBOSA, Maria Aparecida. Campo conceitual e campo lexical dos termos globalização e mundialização: relações. *Revista brasileira de lingüística*. São Paulo: v.10, p. 29-52, 1999.
- GREIMAS, Algirdas Julien *et al.* *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1998.
- PAIS, Cidmar Teodoro. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Thèse de Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Paris/Lille: Université de Paris-Sorbonne/A.N.R.T., 1993.
- Conceptualisation, dénomination, désignation, référence. Réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. *Hommage à Simone Saillard. Textures. Cahiers du Centre d'Études Méditerranéennes et Ibéro-Américaines*. Lyon: p. 371-384, 1998b.
- Étude comparée de microsystemes de valeurs des cultures française et brésilienne: essai en sémiotique des cultures. *INFO-CREA - Revue du Centre de Recherches et d'Études Anthropologiques*. Lyon: v. 6, p. 13-21, 1999.
- Aspectos de las visiones del mundo y de los sistemas de valores en culturas de la América Latina y del Caribe. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo: v. 8, p. 395-421, 2000.
- RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives*. Paris: PUF, 1991.
- Para uma poética generalizada. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo: v.8, p. 445-470, 2000.